

## LITERATURA E IMAGINÁRIO COLETIVO: UMA INTERFACE POSSÍVEL ATRAVÉS DA CRÔNICA LITERÁRIA

### LITERATURE AND COLLECTIVE IMAGINARY: A POSSIBLE INTERFACE THROUGH THE LITERARY CHRONICLE

Íris Vitória Pires Lisboa<sup>1</sup>  
iris@liberato.com.br

Juracy Assmann Saraiva<sup>2</sup>  
juracy@feevale.br

**RESUMO:** Este estudo pretende sinalizar alguns aspectos referentes ao imaginário e à representação do mundo na crônica literária. Entende-se que a crônica é um gênero que transita entre o jornalismo e a literatura e, por isso, também constrói, de forma subjetiva, os sentidos a respeito do que acontece no cotidiano. Em diálogo com elementos da História, este trabalho aborda a crônica literária sob outro viés, na tentativa de encaminhar novas abordagens do gênero textual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura. Crônica literária. Imaginário coletivo.

**ABSTRACT:** This study intends to show some aspects related to the imaginary and the representation of the world in the literary chronicle. It is understood that the chronicle is a genre that transits between journalism and literature and therefore also constructs in a subjective way the senses regarding what happens in the daily. In dialogue with elements of History, this work approaches the literary chronicle under another bias, in the attempt to direct new approaches on this textual genre.

**KEY WORDS:** Literature. Literary chronicle. Collective imaginary.

## 1 Introdução

O aporte mais significativo da literatura é sua dimensão estética, entretanto essa não é a única, visto que o texto literário possui uma dimensão histórica, como testemunho do devir da História, e sociocultural, como prática que denota determinada consciência coletiva (REIS, 2003). Além disso, a literatura faz parte de um estatuto institucional.

A dimensão estética apoia-se na definição de que a literatura é “a arte da palavra”, entendendo-se, nesse sentido, que o texto literário é o produto de um trabalho peculiar com a linguagem verbal. Conforme Terry Eagleton (2003, p. 3), “a literatura transforma e intensifica

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale.

<sup>2</sup> Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Docente do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e do Mestrado Profissional em Letras na Universidade Feevale.

a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” e, mesmo que o leitor não saiba identificar as especificidades da linguagem literária, facilmente distingue essa da não literária. O trabalho de tessitura que envolve a linguagem literária compreende o estabelecimento de novas redes de significação das palavras, a recuperação de sua significação original e o estabelecimento de possibilidades de sentido. Em cada novo texto, as significações se renovam e se entrecruzam, criando imagens inusitadas.

Já a dimensão histórica da literatura se evidencia pela ruptura com a possível concepção de alienação do texto literário. Embora ele se configure pelo trabalho estético, que, por sua vez, caracteriza o fazer artístico, sua relação com a História e com outros campos perpassa um caminho de permuta. Isso significa que “a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra” (RICOEUR, 1997, p. 315). A literatura oferece aos estudos históricos o panorama do cotidiano das gentes das cidades que pouco aparece nos registros oficiais. Ela se torna, dessa forma, documental para a narrativa histórica a partir das memórias individuais, pluralizando o discurso oficial.

Arelada diretamente à dimensão histórica, tem-se a dimensão sociocultural da literatura. O texto literário, nesse sentido, assume a condição de instrumento de intervenção social.

[...] trata-se, de um modo geral, de entender o escritor como intelectual **militante**, detentor de uma palavra – que é a palavra literária - , por assim dizer **transparente**, no sentido em que é capaz de traduzir e fielmente representar situações sociais que importa denunciar [...] (REIS, 2003, p. 43, grifos do autor).

A dimensão sociocultural da literatura é influenciada pela construção do imaginário coletivo de determinado grupo. Conforme afirma Bronislaw Baczko (1985)<sup>3</sup>,

[...] o social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem (p. 307).

No convívio social, os indivíduos elaboram suas representações sobre o mundo, identificando-se com determinadas narrativas de vida. De acordo com Dante Gallian (2017), o

---

<sup>3</sup> Filósofo polonês, falecido em 2016, um dos pioneiros do estudo sobre o imaginário.

ato de narrar “foi, em todas as culturas humanas, das mais primitivas às mais sofisticadas, o elemento estruturador por excelência” (p. 60). Eram as narrativas que desempenhavam um papel determinante na construção das identidades dos sujeitos, assim como a identidade das comunidades. Toda a carga de valores e princípios era transmitida de geração para geração pelas histórias contadas de forma oral, inicialmente e, mais tarde, impressas em papel.

Nessa direção, a arte literária atua como ponte entre o mundo do leitor e o mundo do texto, buscando sensibilizá-lo e levá-lo a se posicionar diante dos fatos sociais. Seja pela apreensão da vida de cada personagem, seja pela reflexão que esses seres ficcionais suscitam sobre a existência, a leitura do texto literário não permite que o leitor fique alheio à problemática humana nem que deixe de pensar ou acreditar que é possível transformar a realidade. Portanto, é significativa a influência da literatura como produto social.

O papel desempenhado pela literatura se fundamenta no fato de “promover o encontro entre as dimensões estética e ética da experiência humana” (GALLIAN, 2017, p. 64), na propagação de valores e princípios que vêm não só estruturando a vida social por suas narrativas, mas desestabilizando essas próprias narrativas em um processo de ressignificação e redescoberta do sujeito, a respeito de si mesmo perante os outros.

A crônica literária, pois, parece ser o gênero textual da esfera literária que mais claramente evidencia o estatuto do imaginário coletivo, visto que uma de suas principais peculiaridades é a sua relação com os aspectos cotidianos da vida social, exatamente onde se constroem as representações a respeito das atividades sociais.

A proposta deste artigo, portanto, é discutir a crônica literária como objeto histórico subordinado às práticas sociais e como regulador dessas práticas, uma vez que desnaturaliza significados pré-concebidos. Nessa direção, a crônica literária é apresentada como discurso situado em um tempo e um espaço específicos, participando da construção de significados culturais.

## **2 A literatura e a construção do imaginário coletivo**

A História se constitui pelos diferentes discursos e práticas sociais em que o indivíduo se insere. Os registros da história humana se organizam a partir de narrativas construídas pela memória e pela ficção. Assim, a história vem sendo construída pelos séculos, registrada na documentação oficial e também na literatura.

Conforme Marshall David Sahlins, “A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas” (SAHLINS, 2011, p. 7). Esses esquemas a que se refere o autor são estabelecidos a partir da linguagem, ou seja, dos discursos que constituem as práticas sociais relacionadas aos significados construídos dentro de determinada cultura. Pela dinamicidade dessas práticas é que se percebe, pois, como a cultura se altera de uma sociedade para outra em diferentes épocas e como a transformação de sentido de alguns fatos históricos acompanha essas mudanças.

O processo de significação ou, em outras palavras, a construção do sentido decorre da interação entre os indivíduos falantes inseridos em diferentes organizações sociais e “é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29). Há uma relação intrínseca entre o discurso e as práticas sociais, e é por essa correspondência que a “cultura é alterada historicamente na ação” (SAHLINS, 2011, p.7).

Nesse sentido, ao se falar em cultura enquanto rede de significações construídas pelos indivíduos, não faz sentido afirmar que haja um significado único que represente o pensamento de determinada cultura. É próprio da estrutura cultural das sociedades a variação de sentido, ou seja, os elementos culturais (indivíduos, relações humanas, objetos históricos) são muito mais ricos de representações do que os signos em sua natureza.

No discurso literário, que interessa a esta reflexão, a construção dos sentidos ocorre em cenários um pouco distintos. Primeiro, porque a situação de enunciação não é igual a de um discurso de outra natureza, como aquele que se desenvolve nas relações pessoais do cotidiano: na literatura, “[...] os textos literários constroem suas cenas enunciativas através de um jogo de relações internas ao próprio texto” (MAINGUENEAU, 1996, p. 16). Isso significa que nem o narrador de um conto, por exemplo, pode ser considerado o autor das ideias do texto, pois não é o indivíduo que o escreveu. Na crônica literária, porém, ocorre um fenômeno um pouco diferente: trata-se do gênero em que mais se percebe a presença enunciativa de seu autor, físico, indivíduo com ideias. O enunciador da crônica apresenta-se, de maneira geral, nas modalidades de sua fala, identificada, muitas vezes, com o pensamento do próprio autor do texto, diferente do que acontece com outros gêneros da literatura. Essa característica é significativa quando falamos de construção de sentidos e de imaginários a partir da leitura de textos literários.

A literatura, ao mesmo tempo em que se alicerça na dimensão estética e parece ter como foco a apreciação do “como dizer”, constrói identidades e imaginários circunscritos na própria

narrativa com destaque para o “como pensar” sobre as coisas do mundo, elemento para a ressignificação de conceitos e subjetividades.

Sandra Pesavento (1999), ao refletir sobre a construção do imaginário coletivo urbano a partir da relação entre as narrativas históricas e literárias, considera o conceito de representação como ponto de partida para o estudo do imaginário coletivo. De acordo com a autora, “a representação do mundo é, ela também, parte constituinte da realidade, podendo assumir uma força maior para a existência que o real concreto” (PESAVENTO, 1999, p. 10). Nesse sentido, a literatura assume um “efeito” de real, porque se constrói a partir de personagens e situações que não são reais de fato, mas que têm a sua constituição baseada em experiências possíveis da interação social.

Para a autora, o discurso do texto literário atua na construção dos imaginários coletivos, “qualificando” o mundo através das representações, ou seja, dos sentidos construídos em relação aos fatos.

Ora, o discurso literário dá uma nova existência à coisa narrada. Se é o olhar que qualifica o mundo, a narrativa literária ordena o real e lhe confere um valor, exercendo uma espécie de “pedagogia da imaginação”. A retórica, o estilo, os registros de linguagem que selecionam palavras e fazem uso de metáforas são responsáveis pela formação do museu imaginário de cada um (PESAVENTO, 1999, p.14).

A metáfora típica do texto literário revela um modo de perceber o mundo, mesmo sendo através de personagens ficcionais. A sensibilidade do personagem é transmitida ao leitor de literatura como uma nova possibilidade de perceber seu próprio universo. A construção do imaginário desempenha, portanto, um importante papel na organização social.

Para Baczko (1985), as representações que o indivíduo faz do fato social e os sentidos que constrói sobre aquilo que o envolve, na interação com outras pessoas, são mais significativas do que os princípios que regem a sua consciência individual:

A fim de que a sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do facto social sobre o facto individual, que se dotem de uma “consciência coletiva”, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade. Ora, só é possível comungar ou comunicar entre os homens através de símbolos exteriores aos estados mentais individuais, através de signos posteriormente concebidos como realidades. Um dos caracteres fundamentais do facto social é, precisamente, o seu aspecto simbólico (BACZKO, 1985, p.306).

O filósofo polonês, ao tratar da importância da representação, reforça a ideia de que a literatura também atua como uma representação do real, tornando a análise do fato social um processo significativo para o leitor de literatura. Além dos valores, normas e práticas sociais produzidos pelas relações entre os indivíduos, a construção de sentido é responsável por traduzir e fixar o imaginário coletivo de cada grupo social. O autor também destaca o papel da constituição de um imaginário social para as questões de poder e controle social. O imaginário social regula a vida em sociedade e pode legitimar poderes, no que se refere à manutenção ou à mudança de certos modos de atuação social. Cada época tem a sua forma de representar o mundo, resultado da maneira como cada sociedade corresponde aos domínios de produção e manipulação do imaginário social.

Os poderes que conseguem garantir o controle, senão o monopólio destes meios, apropriam-se assim de uma arma tanto mais temível quanto mais sofisticada. É difícil sobrestimar as possibilidades que se abrem, deste modo, às iniciativas de tipo totalitário que visam anular os valores e modelos formadores diferentes daqueles que o Estado deseja, bem como condicionar e manipular as massas, bloqueando a produção e renovação espontâneas dos imaginários sociais (BACZKO, 1985, p. 308).

A literatura, pois, constituiu-se em relevante mecanismo de construção do imaginário. Considerar o texto literário nesse sentido, em sua ligação com o cotidiano das pessoas comuns e nas representações que elas constroem sobre aquilo que lhes rodeia, é possibilitar que a literatura aja diretamente na memória coletiva de uma sociedade, a fim de permitir que o leitor pense nas esperanças e sonhos sobre o futuro.

### **3 A crônica literária na construção do imaginário coletivo**

O termo *crônica*, de origem latina, traz em sua etimologia a relação com o tempo. No que tange às narrativas, está atrelado à ideia de um relato de acontecimentos em ordem temporal. Na Baixa Idade Média ocorre a fusão entre historicidade e literatura, alicerçada na preocupação com a forma dessas narrativas (MARONEZE, 2007). A partir disso, a própria história desse gênero literário percorre um caminho que o conduz a um status diferenciado: a crônica participa da construção de imaginários, ou, em outras palavras, age na ressignificação

de conceitos do senso comum, participando da análise da ação do tempo nas sociedades e na “alteração das culturas” a que se referia Sahlins (2011).

A participação da crônica na constituição de uma consciência de seu tempo por parte do leitor deriva da proximidade desse gênero com o cotidiano e com as práticas sociais das quais as pessoas comuns participam. Para Antonio Candido (1992), a crônica conquistou, por sua simplicidade, um espaço de prestígio no universo literário brasileiro, em especial nos anos 30, época de grandes nomes na crônica, como Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga: “por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem mais do que um estudo intencional a visão humana do homem na sua vida de todo o dia” (CANDIDO, 1992, p. 19).

A “visão humana” de que trata o autor pode ser considerada o objeto histórico constituído pela cultura em cada civilização. A crônica dispõe dos elementos que aproximam o olhar do sujeito da sua própria realidade e, por isso, possibilita a esse sujeito a ressignificação de conceitos ao redor dos quais está construído seu imaginário. Para Maroneze (2007), ocorre o estabelecimento de vínculos a partir do imaginário, o que reforça a ideia do coletivo. A crônica, que “pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do zigzague de uma aparente conversa fiada” (CANDIDO, 1992, p. 20), é o gênero literário que mais se aproxima do olhar do historiador.

Quando da construção historiográfica, a fala da crônica aparece como uma narrativa próxima aos fatos observados, como uma reflexão entre estes e a alteridade de diferentes passados. Na análise do miúdo, do fragmento, o cronista cria a partir de seu ofício literário e ficcional, uma possibilidade de aproximação com o discurso histórico. Neste sentido, a “ficção” do cronista mais o aproxima do que o separa da “realidade” do historiador: sendo uma quase conversa diária com o “hipotético” leitor, seu texto deve estar em consonância com o imaginário de seus consumidores (MARONEZE, 2007, p. 47).

A crônica, assim como a noção de tempo na sociedade atual, é rápida, breve e dinâmica. Sua estrutura simples, que prioriza o coloquial e a brevidade nas palavras, faz com que o cronista registre a passagem do tempo de forma muito subjetiva, apresentando ao leitor uma nova experiência do real.

Maroneze (2007) também destaca a questão da receptividade da crônica pelo público leitor, que nem sempre se identifica com a construção de sentido que o texto apresenta, o que se constitui em um desafio aos cronistas: entender como uma consequência natural da

vinculação desse gênero na sociedade a pluralidade de opiniões, que é, na verdade, traço característico das sociedades no mundo todo. Não há unidade nas formas de perceber o real. Há um imaginário coletivo, mas os sentimentos são individuais; e a crônica, embora se sustente no social, no coletivo, é recebida de forma particular pelos leitores: “um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno, mesmo que, enquanto fenômeno, ele tenha forças e razões próprias, independentes de qualquer sistema simbólico. Um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação” (SAHLINS, 2011, p. 15). Em outras palavras, a subjetivação é individual, mas é ela que constrói os imaginários de uma sociedade.

Com o propósito de ilustrar como a crônica atua na construção dos imaginários coletivos, apresenta-se, a seguir, a crônica “O padeiro”, de Rubem Braga (2006), que introduz, além do narrador, outro personagem, de classe popular, provocando no leitor a reflexão sobre as relações de poder que sutilmente controlam as relações sociais.

A crônica, datada de 1956 e narrada em primeira pessoa, inicia com o narrador buscando o pão que deveria ser deixado à sua porta. Por causa da “greve do pão dormido”, porém, o pão não foi entregue naquele dia. Enquanto se contenta com o pão dormido mesmo, lembra-se de um homem que havia conhecido há algum tempo. Era o padeiro. Ele, ao fazer a entrega do produto, gritava após tocar a campainha: “Não é ninguém, é o padeiro!”, explicação que começou a dar, ao bater às portas, após ouvir como as empregadas das casas se referiam a ele.

O narrador, então, se enxerga no próprio padeiro: também trabalha à noite, no jornal, e seu produto chega cedo às famílias que procuram informação. Sente-se importante nessa época, quando ainda é jovem, e aquele homem lhe dá uma lição de humildade, pela sua inocente alegria ao desempenhar seu trabalho.

Esse texto, aparentemente despretensioso e trabalhado com tanta delicadeza, aborda, de maneira muito subjetiva, as relações sociais, em especial as relações de poder envolvendo os indivíduos que atuam no meio social. Muito além de discutir a relevância de uma ou outra profissão, a crônica exemplifica como a subjetividade do texto literário permite construir significados diferentes para situações conhecidas. Se por um lado a sociedade vê com desprezo a simples tarefa de entregar pão de casa em casa, o cronista diz aprender “uma lição de humildade” com o padeiro, uma vez que também desempenha uma produtiva tarefa, esperada de manhã pelos leitores do jornal.



Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas (BRAGA, 2006, p. 320).

Rubem Braga cria um narrador que se volta às lembranças do passado e revive as emoções de uma descoberta. Essa imagem construída a respeito do padeiro é, ainda hoje, fonte para diferentes representações das práticas sociais, que “viajam no tempo e no espaço e são ‘recicladas’ em outro contexto, que as ‘historiciza’” (PESAVENTO, 1999, p. 23). O sentido construído no texto em questão, de 1956, ganha nova dimensão, novos valores em um novo contexto, mostrando que as questões que envolvem a experiência humana são semelhantes ou até idênticas em espaços e tempos distintos. O padeiro, na crônica de Rubem Braga, é o trabalhador braçal de hoje, o assalariado, o balconista que, assim como o primeiro, cumpre sua obrigação e pode ou não se identificar com a humildade da qual falava o entregador de pães do texto.

A crônica pretende mostrar, pois, a atemporalidade da crônica literária enquanto objeto cultural que se constitui pelo processo de representação e que participa da construção do imaginário coletivo. Não é o fato de o narrador não encontrar seu pão à porta de sua casa, pela manhã, que importa; tampouco a lembrança que lhe vem à cabeça do homem que ouvia a empregada dizer que “não era ninguém à porta, era o padeiro”. O estudo do imaginário coletivo sugere que as representações em torno da humildade do padeiro são perpetuadas na crônica de Rubem Braga e podem ser contextualizadas para subjetivar as relações de poder existentes ainda hoje.

É nesse sentido que a literatura participa da construção dos significados de uma sociedade, seja reforçando conceitos, seja alterando essas narrativas já fortemente estruturadas em nossos discursos. Os contextos, obviamente, são outros: outros tempos, outras profissões, a correria e a praticidade do dia a dia exigindo novos mecanismos para executar tarefas simples, como garantir o pão para o café matinal. Poucas casas com o pai ou a mãe tomando conta das rotinas domésticas ao longo do dia. Os filhos, mesmo muito pequenos, saindo de casa junto com os pais para suas escolas. O padeiro? Esse fica na padaria, preparando quilos de pão para

atender à freguesia que chega cedo, muitas vezes para tomar o café ali mesmo, enquanto lê o jornal no balcão.

E como uma crônica dessas sobrevive por tantos anos e ainda é capaz de tocar o coração dos leitores? Simples: ela mexe com o imaginário coletivo construído ao longo desse tempo. E, se a humildade e a vida mais simples não são valores nas sociedades capitalistas atuais, é a ausência disso que toca o leitor. Os aspectos bucólicos ou melancólicos despertam memórias capazes de acionar o senso de avaliação do mundo contemporâneo, remetendo o leitor ao seu universo mais íntimo a fim de resgatar aquilo que realmente interessa na vida de cada um e nas sociedades de maneira geral.

#### **4 Considerações finais**

A proposta deste artigo foi apresentar, de forma inicial, algumas reflexões sobre a possibilidade de se trabalhar a crônica literária na perspectiva dos estudos sobre cultura e representação, no que tange ao imaginário coletivo. Acredita-se que esse gênero literário propicia elementos necessários para pensar na construção do imaginário coletivo enquanto processo de subjetivação que se realiza pela simbologia presente nas diversas narrativas que emolduram o cotidiano dos sujeitos.

Nesse sentido, é importante que se considerem, na leitura da crônica literária, alguns aspectos: o contexto histórico em que se insere o texto literário; a figura do enunciador da crônica; os fatos históricos que antecedem a sua elaboração; e as narrativas já estabilizadas que ecoam nesses textos.

Os textos desse gênero literário em questão, portanto, com seu “ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; [...] não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social” (CANDIDO, 1992, p. 17-18). Talvez esteja no “despretensioso” discurso literário a verdadeira essência do que realmente é importante considerar sobre a existência humana.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.1-17.

GALLIAN, Dante. **A literatura como remédio: os clássicos e a saúde da alma**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. A noção de discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 23-33.

MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. **Porto Alegre em dois cenários: nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas**, 2007. 258 p. (Tese de Doutorado). Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A pedra e o sonho. In: \_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

REIS, Carlos. Literatura como instituição. In: \_\_\_\_\_. **O conhecimento da narrativa: introdução aos estudos narrativos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 19-102.

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da História e da ficção. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.